

Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados Aliança RS/SC - Sicredi Aliança
RS/SC**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**





Centro Empresarial Mostardero
Av. Mostardero, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC
Marau - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC
CNPJ/MF nº 87.795.639/0001-99

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	568.851	514.100	CIRCULANTE	242.644	207.899
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	4.132	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	103.709
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	52.508	Depósitos à Vista		77.875
Carteira Própria		52.508	Depósitos a Prazo		25.834
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	274.095	272.578	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	107.017	93.492
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	386	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	7
Tesouro Nacional–Recursos Crédito Rural	119	173	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 13)	107.016
Correspondentes no país	70	180	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.451	1.024
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	273.906	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.451	1.024
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	222.821	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 14)	4.960
Operações de Crédito		231.346	Empréstimos País - Outras Instituições		4.960
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvidosa)		(8.525)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	25.507	20.121
OUTROS CRÉDITOS		14.208	Cobrança e Arrecadação de Tributos	76	34
Créditos por Avais e Fianças Honrados	49	84	Sociais e Estatutárias	5.257	4.688
Rendas a Receber	1.414	1.223	Fiscais e Previdenciárias	1.923	2.007
Créditos Específicos	190	173	Diversas	(NOTA 15)	18.251
Diversos	(NOTA 08)	12.872			13.392
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvidosa)		(317)			
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	1.087			
Outros Valores e Bens		1.054			
(Provisão para desvalorização)		(20)			
Despesas Antecipadas		53			
NÃO CIRCULANTE	98.409	82.559	NÃO CIRCULANTE	303.174	286.478
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	98.409	82.559	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	303.174	286.478
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	2.824	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	297.926
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.824	Depósitos a Prazo		297.926
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	68.484	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	5.248
Operações de Crédito		74.032	Repasses Interfinanceiros		5.248
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvidosa)		(5.548)			4.072
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 08)	1			
Diversos		1			
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	13.203	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	121.442	102.282
Outros Investimentos		13.203	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 17)	48.235
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	10.370	De Domiciliados no País		44.044
Imóveis de Uso		3.496	(Capital a Realizar)		44.227
Outras Imobilizações de Uso		13.541	(203)		(183)
(Depreciação acumulada)		(6.667)	RESERVAS DE SOBRAS		68.292
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	3.527			54.133
Outros Ativos Intangíveis		6.822	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		4.915
(Amortização acumulada)		(3.295)			4.105
TOTAL DO ATIVO	667.260	596.659	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	667.260	596.659

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC
CNPJ/MF nº 87.795.639/0001-99

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	33.748	-	33.748	64.916	-	64.916	58.871	-	58.871
Operações de Crédito	31.449	-	31.449	60.360	-	60.360	54.724	-	54.724
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2.299	-	2.299	4.550	-	4.550	4.122	-	4.122
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	6	-	6	25	-	25
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(18.456)	(387)	(18.843)	(42.417)	(700)	(43.117)	(49.875)	(479)	(50.354)
Operações de Captação no Mercado	(12.178)	(36)	(12.214)	(28.333)	(63)	(28.396)	(34.555)	(39)	(34.594)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.645)	(351)	(2.996)	(5.476)	(637)	(6.113)	(5.529)	(440)	(5.969)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.633)	-	(3.633)	(8.608)	-	(8.608)	(9.791)	-	(9.791)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	15.292	(387)	14.905	22.499	(700)	21.799	8.996	(479)	8.517
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	(6.389)	3.148	(3.241)	(6.939)	5.849	(1.090)	1.249	5.394	6.643
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.644	6.722	10.366	6.591	12.156	18.747	4.929	9.401	14.330
Rendas de Tarifas Bancárias	2.640	-	2.640	4.988	-	4.988	4.122	-	4.122
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(11.468)	(1.506)	(12.974)	(22.266)	(2.604)	(24.870)	(20.597)	(1.645)	(22.242)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(8.527)	(1.393)	(9.920)	(16.241)	(2.455)	(18.696)	(14.595)	(1.722)	(16.317)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(27)	(282)	(309)	(48)	(509)	(557)	(67)	(387)	(454)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	13.265	140	13.405	30.766	151	30.917	38.069	312	38.381
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(5.916)	(533)	(6.449)	(10.729)	(890)	(11.619)	(10.612)	(565)	(11.177)
RESULTADO OPERACIONAL	8.903	2.761	11.664	15.560	5.149	20.709	10.245	4.915	15.160
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	331	(15)	316	1.101	(14)	1.087	2.185	(4)	2.181
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	9.234	2.746	11.980	16.661	5.135	21.796	12.430	4.911	17.341
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(432)	(432)	-	(1.419)	(1.419)	-	(1.424)	(1.424)
Provisão para Imposto de Renda	-	(251)	(251)	-	(829)	(829)	-	(832)	(832)
Provisão para Contribuição Social	-	(181)	(181)	-	(590)	(590)	-	(592)	(592)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	9.234	2.314	11.548	16.661	3.716	20.377	12.430	3.487	15.917
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.716	(3.716)	-	3.002	(3.002)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	9.234	2.314	11.548	20.377	-	20.377	15.432	485	15.917
DESTINAÇÕES	-	-	-	(15.462)	-	(15.462)	(11.327)	(485)	(11.812)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.823)	-	(1.823)	(1.252)	-	(1.252)
Fates - Estatutário	-	-	-	(848)	-	(848)	(684)	-	(684)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	-	-	-	(485)	(485)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(11.017)	-	(11.017)	(8.894)	-	(8.894)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.605)	-	(1.605)	(497)	-	(497)
Outras Reservas	-	-	-	(169)	-	(169)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	4.915	-	4.915	4.105	-	4.105

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC
CNPJ/MF nº 87.795.639/0001-99

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	40.216	43.436	-	3.918	87.570
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.302	-	-	(2.597)	(1.295)
Destinações para reservas	-	1.306	-	(1.306)	-
Outras destinações	-	-	-	(14)	(14)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	2.340	-	-	-	2.340
Baixas de capital	(1.055)	-	-	-	(1.055)
Resultado do período	-	-	-	15.917	15.917
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(684)	(684)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	-	(486)	(486)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.894	-	(8.894)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.241	-	-	(1.252)	(11)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	497	-	(497)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	44.044	54.133	-	4.105	102.282
Mutações do Período	3.828	10.697	-	187	14.712
Saldos no início do período em 01/01/2017	44.044	54.133	-	4.105	102.282
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.362	-	-	(2.720)	(1.358)
Destinações para reservas	-	1.368	-	(1.368)	-
Outras destinações	-	-	-	(17)	(17)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	2.499	-	-	-	2.499
Baixas de capital	(1.476)	-	-	-	(1.476)
Resultado do período	-	-	-	20.377	20.377
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(848)	(848)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.017	-	(11.017)	-
Outras Reservas	-	-	169	(169)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.806	-	-	(1.823)	(17)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.605	-	(1.605)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	48.235	68.123	169	4.915	121.442
Mutações do Período	4.191	13.990	169	810	19.160
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	45.715	55.501	-	8.829	110.045
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.490	-	-	-	1.490
Baixas de capital	(776)	-	-	-	(776)
Resultado do período	-	-	-	11.548	11.548
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(848)	(848)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.017	-	(11.017)	-
Outras Reservas	-	-	169	(169)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.806	-	-	(1.823)	(17)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.605	-	(1.605)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	48.235	68.123	169	4.915	121.442
Mutações do Período	2.520	12.622	169	(3.914)	11.397

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC
CNPJ/MF nº 87.795.639/0001-99

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	11.311	24.215	19.499
Resultado do semestre/exercício	11.548	20.377	15.917
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(237)	3.838	3.582
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(535)	2.170	2.935
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	20	20	-
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(27)	8	58
Depreciação do imobilizado de uso	702	1.221	1.000
Amortização do intangível	415	827	497
Baixas do ativo permanente	7	7	9
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	134	169	67
Destinações ao FATES	(848)	(848)	(1.170)
Dividendos SicrediPar	(105)	264	186
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(12.380)	(18.265)	5.032
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.080)	(1.173)	(1.538)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	2.069	(20.089)	(23.927)
Redução em relações interfinanceiras ativas	5.620	386	39
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(119)	54	(10)
Redução em relações com correspondentes	28	110	63
(Aumento) em operações de crédito	(26.540)	(44.707)	(40.301)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	4.212	14.701	17.833
(Aumento) em outros créditos	(1.311)	(3.469)	(1.885)
(Aumento) em outros valores e bens	(303)	(649)	(273)
Aumento (Redução) em depósitos	(1.247)	30.941	53.019
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	997	427	(434)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(306)	(14)	(1.137)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(439)	(869)	(508)
Aumento em outras obrigações	6.039	6.086	4.091
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.069)	5.950	24.531
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.189)	(2.291)	(2.099)
Aplicações no Intangível	(656)	(1.130)	(937)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.845)	(3.421)	(3.036)
Integralização de capital	1.490	2.499	2.340
Baixa de capital	(776)	(1.476)	(1.055)
Juros ao capital próprio	(17)	(17)	(11)
Distribuição de Sobras	-	(1.375)	(1.309)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	697	(369)	(35)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(2.217)	2.160	21.460
Caixa e equivalente de caixa no início do período	280.255	275.878	254.418
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	278.038	278.038	275.878

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 31/08/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(50.416)	62	(50.354)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.853)	62	(9.791)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(16.179)	(138)	(16.317)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(11.253)	76	(11.177)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

I) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	4.132	4.039
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	273.906	271.839
Total	278.038	275.878

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.824	1.651
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.824	1.651
Total realizável a longo prazo	2.824	1.651

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016
Cotas de Fundos de Renda Fixa	52.508	32.419
Total circulante	52.508	32.419

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	109.052	54.969	164.021	134.096	
Financiamentos	23.897	12.778	36.675	26.864	
Financiamentos rurais e agroindustriais	98.397	6.285	104.682	99.711	
Carteira total	231.346	74.032	305.378	260.671	

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	49	-	49	84	
Títulos e créditos a receber (i)	10.390	1	10.391	7.306	
Total	10.439	1	10.440	7.390	

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	11	2	-	-
Nível A	0,50	116.002	135.304	580	677
Nível B	1,00	128.024	82.628	1.280	826
Nível C	3,00	42.679	28.252	1.280	848
Nível D	10,00	15.145	9.626	1.515	963
Nível E	30,00	4.643	2.378	1.393	713
Nível F	50,00	2.037	1.765	1.019	883
Nível G	70,00	756	3.251	529	2.276
Nível H	100,00	6.521	4.855	6.521	4.855
Total (i)		315.818	268.061	14.117	12.041

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 273 (2016 - R\$ 171).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				2016	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.927	23.108	24.023	23.140	72.198	58.442
Rural	154	17.235	81.008	6.285	104.682	99.711
Industrial	143	5.324	6.551	8.040	20.058	18.516
Comércio	520	19.522	30.387	19.058	69.487	49.401
Outros Serviços	907	11.199	19.777	17.510	49.393	41.991
Total	3.651	76.388	161.746	74.033	315.818	268.061

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	32.149	10,18	29.144	10,87
50 devedores seguintes	47.406	15,01	44.614	16,64
100 devedores seguintes	38.482	12,18	33.479	12,49
Demais	197.781	62,63	160.824	60,00
Total	315.818	100	268.061	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	12.212	9.219
Constituição de provisão	8.608	9.791
Movimentação de baixados para prejuízo	(6.430)	(6.798)
Saldo final	14.390	12.212

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.174 (2016 - R\$ 932), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 13.551 (2016 - R\$ 4.205).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	98	59
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.697	1.672
Devedores por depósitos em garantia	233	150
Impostos e contribuições a compensar	42	19
Títulos e créditos a receber	10.390	7.305
Valores honrados	2	6
Cotas de consórcio	176	151
Devedores por convênios	4	4
Operações com cartões	32	60
Pendências a regularizar	1	12
Outros	197	402
Total Circulante	12.872	9.840

Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	1	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	1.054	412
Imóveis	1.003	330
Veículos e afins	51	82
Despesas antecipadas	53	46
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(20)	-
Total Circulante	1.087	458

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 20 (2016 - R\$) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	7.379	7.379
Sicredi Participações S.A.	5.822	5.822
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	13.203	13.203

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	1.888.366 ON 3.933.436 PN	1.888.366 ON 3.933.436 PN	2	2	7.379.512	7.379.512
Percentual de participação	0,67%	0,67%	1,22%	1,27%	2,10%	2,10%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	5.822	5.822	2	2	7.379	7.379

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	17.037	(6.667)	10.370	9.307
Imobilizações em curso	-	60	-	60	1.588
Terrenos	-	3.489	-	3.489	3.489
Edificações	4%	7	(1)	6	6
Instalações	10%	4.992	(2.068)	2.924	1.590
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.175	(1.636)	1.539	1.231
Sistema de comunicação	10%	196	(100)	96	54
Sistema de processamento de dados	20%	4.296	(2.535)	1.761	1.059
Sistema de segurança	10%	378	(125)	253	149
Sistema de transporte	20%	444	(202)	242	141
Intangível (i)		6.822	(3.295)	3.527	3.224
Investimentos Confederação		6.822	(3.295)	3.527	3.224
Total		23.859	(9.962)	13.897	12.531

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	77.875	-	-	77.875	60.077
Depósitos a prazo	11.974	13.860	297.926	323.760	310.617
Total	89.849	13.860	297.926	401.635	370.694

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	107.016	93.485
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	107.016	93.485
Total circulante	107.016	93.485
Recursos do Crédito Rural	5.248	4.072
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.248	4.072
Total exigível a longo prazo	5.248	4.072

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 20/12/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	4.960	4.974
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	4.960	4.974
Total circulante	4.960	4.974

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	9	-
Obrigações por convênios oficiais	9	13
Provisão para pagamentos a efetuar	4.811	3.704
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	365	196
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.217	780
Pendências a regularizar	38	131
Operações com cartões	9.877	7.091
Demais fornecedores	658	626
Credores diversos	1.267	851
Total circulante	18.251	13.392

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	118	72	(36)	154
Cível	78	166	(33)	211
Total	196	238	(69)	365

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	154	118
Cível	Provável	211	78
Total		365	196

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 690; R\$ 302; R\$ 84 (2016 - R\$ 366 para processo Cível), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	48.235	44.044
Total de associados	42.052	40.065

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.191 (2016 – R\$ 3.828), sendo R\$ 3.168 (2016 – R\$ 2.543) via integralização de resultados e R\$ 2.499 (2016 – R\$ 2.340), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.476 (2016 – R\$ 1.055).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.823, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2017 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1.056 (R\$ 2.255 em dezembro de 2016), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos iuros sobre capital próprio	21.796	17.341
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(9.154)	(7.283)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	21	21
Provisão resgate de milhas cartão	23	4
Provisão PPR	64	10
Receita com atos cooperativos	6.998	5.220
Juros sobre capital próprio	766	526
Outros	(137)	79
Subtotal	7.735	5.860
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.419)	(1.424)

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.824	1.651
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	52.508	32.419
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	273.906	271.839
Outros Créditos - Rendas a receber	1.227	867
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	1.711	1.729
Investimentos (Nota 10)	13.203	13.203
Intangível (Nota 11)	3.527	3.224
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	112.264	97.557
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	4.960	4.974
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	9.864	6.948
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	4.550	4.122
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	7.714	6.066
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	27.371	33.840
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	1.056	2.255
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	6.113	5.969
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	769	694
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	7.464	6.393

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	158	0,20%	74
Depósitos a prazo	932	0,29%	1.030
Operações de crédito	2.411	0,79%	2.697

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.761	2.658

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	485	458
Despesa de aluguéis	2.696	2.656
Despesa de comunicação	1.394	1.273
Despesa de manutenção e conservação	1.342	1.096
Despesa de material	334	359
Despesa processamento dados	336	288
Despesa de promoções e relações públicas	1.414	1.196
Despesa de propaganda e publicidade	120	147
Despesa de seguro	105	106
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.078	1.584
Despesa de serviços de terceiros	568	530
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.717	1.578
Despesa de serviços de técnicos especializados	712	477
Despesa de serviços de transpostes	1.106	952
Despesa de viagem	167	176
Outras despesas administrativas	4.122	3.441
Total	18.696	16.317

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.332	1.599
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	26.723	32.678
Reversão de provisões operacionais	1.723	3.267
Outras rendas operacionais	1.139	837
Total	30.917	38.381

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	687	1.085
Contribuição O.C.E.	109	93
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	270	905
Contribuição Confederação Sicredi	4.782	3.451
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	629	597
Encargos da administração financeira	150	185
Repasso administradora de Cartões	469	458
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	828	502
Outras provisões operacionais	2.248	2.719
Outras despesas operacionais	1.447	1.182
Total	11.619	11.177

NOTA 24 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	115.084	86.944
Coobrigações em cessões de crédito	17	19
Total	115.101	86.963

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	119.016	100.832
Nível I (NI)	119.016	100.832
Capital principal - CP	119.016	100.832
Capital social	48.235	44.044
Reservas de capital	68.292	54.133
Lucros acumulados	4.915	4.105
Ajustes Prudenciais	(2.426)	(1.450)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	506.072	417.981
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	337	215
Margem de Capital (i)	65.542	59.342
Índice de Basileia (PR / RWA)	23,52%	24,12%
Situação de Imobilização (Imob)	11.473	11.083
Índice de Imobilização (Imob / PR)	9,64%	10,99%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Cristiano Piano
Diretor Executivo
CPF: 650.729.950-20

Lúcia Maria dos Santos Magnan
Diretora de Operações
CPF: 285.840.150-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20